

A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA NO PAMPA GAÚCHO

BACK, Rute Miranda¹
GASPARONI, Kamilli Rodrigues
JARDIM, Maria Eduarda Back
MUNHÓS, Rafael Saraiva Ruas
GOMES, Melina Britto²
GRIEBELER, Adriane
ROSA, Andréia Quadros
SILVEIRA, Anelise Fernandes

RESUMO: Este estudo tem como objetivo investigar a atuação de psicólogos da Psicologia Social Comunitária no Pampa Gaúcho, considerando os impactos de suas práticas na dinâmica comunitária e no fortalecimento de redes sociais locais. A pesquisa, de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, foi conduzida por meio de estudo de caso nos municípios de Bagé e Lavras do Sul, utilizando entrevistas semiestruturadas com dois profissionais atuantes no CRAS. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo identificar desafios e potencialidades da atuação psicológica em contextos de vulnerabilidade. Os principais resultados revelam a presença de dificuldades estruturais, escassez de recursos, sobrecarga das equipes e resistência institucional à atuação comunitária. Contudo, as entrevistas também evidenciaram iniciativas bem-sucedidas, como grupos de convivência, que promovem o fortalecimento de vínculos, a escuta coletiva e a valorização da cultura local. As psicólogas participantes relataram que sua atuação vai além do atendimento individual, incluindo ações grupais, visitas domiciliares e articulação com políticas públicas. A análise destacou a importância de uma escuta sensível às características socioculturais do território, como a valorização da auto-suficiência e da contenção emocional. Conclui-se que, apesar dos desafios, a Psicologia Social Comunitária no Pampa Gaúcho apresenta-se como uma prática transformadora, capaz de fomentar o protagonismo, a autonomia e a justiça social nas comunidades atendidas.

Palavras-chave: Psicologia Social Comunitária; Pampa Gaúcho; Comunidade; Políticas Públicas.

ABSTRACT: This study aims to investigate the work of Community Social Psychology professionals in the Pampa Gaúcho region, considering the impact of their practices on community dynamics and the strengthening of local social networks. The research, with a qualitative, exploratory, and descriptive approach, was conducted through a case study in the municipalities of Bagé and Lavras do Sul, using semi-structured interviews with two professionals working at the CRAS. Data were analyzed using content analysis, allowing the identification of challenges and potentialities in psychological practice within contexts of vulnerability. The main results reveal structural difficulties, resource shortages, team overload, and institutional resistance to community-based work. However, the interviews also highlighted successful initiatives, such as social groups that promote bond strengthening, collective listening, and the appreciation of local culture. The participating psychologists reported that their practice goes beyond individual care, including group activities, home visits, and coordination with public policies. The analysis emphasized the importance of listening attentively to the sociocultural characteristics of the territory, such as the value placed on self-sufficiency and emotional restraint. It is concluded that, despite the challenges, Community Social Psychology in the Pampa Gaúcho emerges as a transformative practice, capable of fostering protagonism, autonomy, and social justice in the communities served.

Keywords: Community social Psychology; Gaucho Pampas; Community; Public Policies.

¹ Discentes do Curso de Psicologia, 1º semestres 01/2022- Faculdade IDEAU – Bagé/RS.

² Docentes do Curso de Psicologia – Faculdade IDEAU – Bagé/RS.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Psicologia é uma ciência que se dedica ao estudo dos processos mentais e comportamentais dos seres humanos. Sua amplitude teórica e prática permite que essa área de conhecimento atue em diversas esferas sociais, promovendo compreensão, cuidado e transformação das relações humanas. Apesar de suas raízes estarem ligadas a uma abordagem individualizada, a Psicologia, ao longo do tempo, desenvolveu domínios especializados que buscam atender às diferentes necessidades da sociedade. Dentre esses domínios, a Psicologia Social Comunitária se destaca por sua atuação voltada ao coletivo, especialmente em contextos sociais marcados por vulnerabilidade, desigualdade e exclusão.

No Brasil, e especificamente no estado do Rio Grande do Sul, a Psicologia possui uma história de consolidação marcada por desafios e conquistas. Desde suas primeiras aparições no meio acadêmico nas décadas de 1940 e 1950, até a criação de instituições como a Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul e do Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região, a profissão passou a ocupar espaços significativos nas políticas públicas e na construção da cidadania. Atualmente, a presença de milhares de psicólogos registrados no estado demonstra não apenas o crescimento da profissão, mas também seu compromisso com as transformações sociais.

Nesse cenário, a Psicologia Social Comunitária ganha relevância ao propor uma prática comprometida com as populações em situação de risco, promovendo ações que valorizam a coletividade, a solidariedade, o pertencimento e a consciência crítica dos sujeitos envolvidos. Essa abordagem considera a comunidade não apenas como um agrupamento de indivíduos, mas como uma rede simbólica e social, dotada de identidade, cultura e potencial transformador. É nesse campo que o psicólogo busca contribuir com práticas que vão além do atendimento individual, trabalhando em conjunto com os grupos sociais na criação de alternativas para melhorar suas condições de vida.

A proposta deste estudo se justifica não apenas pela relevância teórica da temática, mas, sobretudo, pela importância prática de dar visibilidade a uma atuação profissional que muitas vezes é invisibilizada nos discursos tradicionais da psicologia. A Psicologia Social Comunitária não se limita a um espaço de atendimento, mas se expande para os territórios, as escolas, os centros de assistência social, as associações de moradores e os grupos comunitários. Seu foco está na articulação entre a subjetividade e o contexto, no

reconhecimento da potência coletiva e na construção de projetos que valorizem o saber popular, o protagonismo e a transformação social.

A pesquisa foi estruturada com base em um referencial teórico que abrange os conceitos fundamentais da psicologia, sua história no Rio Grande do Sul e as múltiplas áreas de atuação da profissão, com ênfase na Psicologia Social Comunitária. A metodologia adotada inclui revisão bibliográfica e entrevistas com profissionais atuantes na região nas instituições como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), desenvolvidas no território. A análise dos dados tem como foco compreender como esses profissionais lidam com as adversidades locais, como constroem vínculos com a comunidade e quais estratégias utilizam para fomentar a participação ativa dos sujeitos.

Este artigo tem como objetivo investigar e compreender a atuação dos profissionais da Psicologia Social Comunitária no Pampa Gaúcho, observando como suas intervenções impactam a dinâmica das comunidades e contribuem para o fortalecimento das redes sociais locais.

Ao realizar esta investigação, espera-se contribuir para o reconhecimento e a valorização do trabalho dos psicólogos sociais comunitários, bem como fomentar reflexões sobre as possibilidades e desafios dessa prática em regiões periféricas, mas ricas em cultura, história e resistência. Este estudo também reforça o compromisso da Psicologia com os direitos humanos, com a escuta das vozes silenciadas e com a construção de uma sociedade mais justa, participativa e democrática.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial Teórico

2.1.1 Psicologia, conceito e função

A Psicologia é, de acordo com Feldman (2015), o estudo científico que trata dos processos mentais e ações comportamentais humanas. Tais definições, porém, possuem significado vasto dentro da Psicologia, pois abrange não somente as ações do indivíduo, mas também seus “pensamentos, emoções, percepções, processos de raciocínio, lembranças e mesmo atividades biológicas que mantêm o funcionamento corporal” (FELDMAN, 2015, p. 5). Este fato coopera para a atual pluralidade de subáreas existentes na Psicologia, tendo em

vista a necessidade de aprofundamento em cada uma delas para o melhor desenvolvimento desta ciência. Sobre as subáreas, Feldman afirma:

As subáreas da Psicologia equiparam-se a uma família extensa, com uma variedade de sobrinhos e sobrinhas, tios e tias e primos e primas que, embora possam não interagir diariamente, estão relacionados uns aos outros, pois têm um objetivo em comum: compreender o comportamento (FELDMAN, 2015, p. 6).

Portanto, de acordo com esta analogia, pode-se concluir que, apesar de seu vasto campo de especializações e esferas de expertise, todas as subáreas vertentes da Psicologia interligam-se e cooperam juntamente para o mesmo propósito: analisar e entender as ações humanas e sua subjetividade, na sua forma singular, e também com relação a outros indivíduos.

2.1.2 Psicologia no Rio Grande do Sul

Conforme Gomes *et al.* (2010), o ensino de psicologia teve seu início, no Rio Grande do Sul, na década de 1940, através de aulas na faculdade de filosofia da UFRGS. Porém, somente em 1953 que foi proposto um curso de especialização aplicado à psicologia, pela PUCRS, em nível de pós-graduação *lato sensu*.

Segundo Marodin *et al.* (2006), a Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul foi a primeira instituição a ser criada e era constituída por psicólogos que costumavam se encontrar em eventos da saúde. A mesma foi formada para que os psicólogos tivessem voz por meio dessa entidade, assim fortalecendo a classe. Como aponta Marodin *et al.* (2006), No ano de 1949, falhou-se na tentativa de criá-la, sendo somente em 1º de Julho de 1959, Dez anos depois, que houve a Assembléia Extraordinária de Fundação da Sociedade. A primeira diretoria foi composta por sete psicólogos, entre eles Arthur Saldanha, como presidente, e Graciema Pacheco, como vice (MARODIN *et al.* p.06, 2006). Conforme as palavras de Marodin *et al.* (2006) para estruturação da carreira, tendo a responsabilidade em ser a primeira diretoria, a equipe focou-se em objetivos imprescindíveis como: A consolidação da Psicologia como uma ciência dentro da área da saúde, sua participação ativa na busca pela legitimação da profissão e o processo de formação da identidade do psicólogo.

Marodin *et al.* (2006) declara que enfrentaram dificuldades, entre elas a percepção popular da psicologia como algo místico, os preconceitos em relação às suas teorias e técnicas

e a resistência de algumas áreas da saúde. No entanto, aos poucos a aceitação da população contribuiu para o progresso da profissão. De acordo com Marodin *et al.* (2006), em novembro de 1970, foi constituído o Help - Serviço de Atendimento ao Jovem. Programa esse que trazia auxílio psicológico em dimensão social para jovens de 12 a 18 anos, sendo um serviço relevante na comunidade e pioneiro no Brasil, servindo de modelo a outros serviços. Como declara Marodin *et al.* (2006), A criação do Conselho Federal de Psicologia contou com a colaboração da Sociedade de Psicologia e dos psicólogos Clóvis Stenzel e Arrigo Angelini. Após sua criação, foram constituídos sete conselhos regionais, incluindo o do Rio Grande do Sul. Com o objetivo de alcançar psicólogos para se vincularem ao Conselho, uma convocação foi publicada nos jornais Zero Hora e Correio do Povo em 27 de agosto de 1974. O encontro teve grande participação, reunindo um número significativo de profissionais. Esse engajamento foi fundamental para fortalecer a atuação do Conselho Regional de Psicologia na região. (MARODIN *et al.* 2006).

A história da Psicologia no Rio Grande do Sul está profundamente conectada à trajetória do Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região (CRPRS), fundado em 1974, em um contexto político de ditadura militar (CRPRS, 2024). Segundo a presidenta Míriam Cristiane Alves (2024), atualmente são quase 40 mil psicólogos ativos no estado, número que reflete a ampla expansão da profissão e sua presença em diferentes políticas públicas. A Comissão Editorial da revista *Entrelinhas* afirma que o CRPRS se tornou reconhecido nacionalmente por sua importância técnica e política, consolidando-se como referência em diversos âmbitos (SANT'ANNA JUNIOR *et al.*, 2024). A criação do projeto “Memória”, conduzido pela Gestão XVII Plenário (2022-2025), tem o objetivo de resgatar e valorizar a história da Psicologia no estado, mostrando a evolução técnica, ética e política da profissão (SANT'ANNA JUNIOR *et al.*, 2024). Conforme destaca Míriam Cristiane Alves (2024), a luta histórica do Conselho evidencia o compromisso da Psicologia com a defesa dos direitos humanos e com as transformações sociais, acompanhando as mudanças políticas e sociais ocorridas no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Presentemente, segundo dados atualizados do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2025), o estado do Rio Grande do Sul conta com 31.779 psicólogos registrados, sendo 27.680 mulheres e 4.001 homens, posicionando-se como uma das regiões com maior número de profissionais no país.

2.1.3 Atribuições da Psicologia

A Psicologia abrange um campo vasto de estudos e aplicações, permitindo que seus profissionais atuem em diferentes contextos, desde o âmbito individual até o coletivo. No Brasil, as áreas de atuação do psicólogo são regulamentadas por meio do Conselho Federal de Psicologia (CFP), abrangendo desde o atendimento clínico até intervenções sociais e esportivas. A Resolução CFP nº 13/2007 define os critérios para a aprovação das especialidades da Psicologia, garantindo que os profissionais estejam preparados para atuar de forma ética em suas áreas específicas. De acordo com o (CFP, 1992), “o Psicólogo, [...] atua no âmbito da educação, saúde, lazer, trabalho, segurança, justiça, comunidades e comunicação com o objetivo de promover [...], o respeito à dignidade e integridade do ser humano”. Dessa forma, esse profissional tem a possibilidade de exercer sua função em diversos espaços, como escolas, hospitais, empresas, associações comunitárias, organizações esportivas e até mesmo no setor judiciário.

Sobre esse tema, uma das principais áreas da Psicologia é a Clínica, que dedica esforços ao diagnóstico e tratamento de transtornos emocionais e psicológicos. Conforme aponta o CFP, o psicólogo clínico pode atuar em diferentes contextos, realizando atendimentos de psicoterapia apropriados para todas as idades, acompanhando gestantes durante a gravidez e participando da formulação e gestão de políticas em saúde mental. Nesse contexto, a Psicologia Hospitalar, uma subárea da Psicologia da Saúde, se destaca por sua dedicação à atenção psicológica de pacientes hospitalizados, seus familiares e as equipes de saúde, atuando diante do sofrimento psíquico causado pelo adoecimento e pela hospitalização. Segundo Bernardes e Gomes (2009), essa especialidade tem se expandido no Brasil como uma forma de integrar o cuidado psicológico aos tratamentos médicos, considerando a pessoa em sua totalidade biopsicossocial.

No campo educacional, o profissional desempenha um papel essencial para a aprendizagem e adaptação escolar, atua em instituições formais e informais, orientando e compreendendo as questões do aprendizado. Ele realiza diagnósticos e intervenções psicopedagógicas, para a superação de obstáculos institucionais e a promoção de uma metodologia de ensino que favoreça o desenvolvimento dos estudantes (CFP, 1992). Em contraste, no âmbito organizacional e do trabalho, o psicólogo atua individualmente ou em

equipe multiprofissional, na gestão de pessoas, utilizando métodos e técnicas de avaliação e promovendo qualidade de vida no trabalho (CFP, 1992).

A Psicologia Social também se destaca como uma área essencial da ciência psicológica, possui como atribuição a atuação no campo das políticas públicas, proporcionando um bem-estar coletivo, compreendendo o sujeito por meio de uma perspectiva histórica e social. Nesse aspecto, o profissional estuda as características psicossociais de grupos étnicos, religiosos e de diferentes classes sociais, considerando aspectos nacionais e culturais CFP. Segundo o Conselho Federal de Psicologia, no campo jurídico, o psicólogo é responsável pela colaboração no planejamento e na execução de políticas públicas na área de conduta cívica, direitos humanos e intervenção preventiva e exerce a função de perito judicial em diversas varas como, civis, criminais, da família, da criança e do adolescente, elaborando laudos e pareceres para serem incluídos nos processos.

Em suma, a atuação do psicólogo se expande para outros setores, como o Psicólogo do Esporte, que auxilia os atletas no desenvolvimento do condicionamento mental, proporcionando um melhor desempenho esportivo, e a Psicologia de Trânsito, o profissional dessa área dedica-se a estudar os fatores psicológicos e psicossociais que influenciam o comportamento dos motoristas e a segurança nas vias (CFP, 1992). As diversas especialidades da Psicologia deixam claro o quanto essa área é diversificada, permitindo que o psicólogo contribua para melhorar a vida dos indivíduos em diferentes contextos.

2.1.4 Psicologia Social e Comunitária

As evidentes relações de poder desenvolvidas pelas classes dominantes, em meados da década de 60, e a opressão social vivenciada pela sociedade mediante acontecimentos históricos, como a ditadura militar, marcaram uma fase onde a população era privada dos direitos de uma mudança social para o enfrentamento de sua realidade. Logo, levou-se aos questionamentos da Psicologia quanto a efetividade do seu papel perante a complexidade das demandas sociais, como também a desigualdade e a injustiça social enfrentadas pela população Latino-Americana que dificultavam o seu desenvolvimento, resultando assim no período intitulado de crise na Psicologia, impulsionando a formação da Psicologia Social Comunitária (AZEVEDO e GIESEL, 2019).

Segundo o Art.3º da Resolução CFP Nº 005/2003, a Psicologia Social é estabelecida com a seguinte definição: “Atua fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social”. Pois comumente quando se falado em Psicologia é pensado no estudo da mente do ser humano do ponto de vista individual, na Psicologia Social Comunitária o estudo se volta para a perspectiva do coletivo, onde se é levado em conta o comportamento do sujeito quando ele está incluso em uma comunidade com necessidades específicas e uma determinada dinâmica.

Desde o começo visando deselitizar a profissão conjuntamente com a busca de uma melhora nas condições de vida da população trabalhadora, essa área da Psicologia possui um enfoque em trabalhos feitos em comunidades de baixa renda. Movimentos populares em geral como bairros populares, comunidades, associações de bairro, foram os lugares em que tiveram início estas experiências de Psicologia Comunitária (CAMPOS, 2017). Porém ao longo do tempo passaram-se a ser incluídas em organizações governamentais e não governamentais, serviços públicos de saúde, e instituições de ensino e pesquisa, abrangendo assim a área.

Habitualmente, partindo de um levantamento de dados focados nas necessidades e carências vividas pelo grupo, como condições de saúde, educação e saneamento básico, se tem as coordenadas para a aplicação do trabalho comunitário. Com a utilização de métodos e processos de conscientização, busca-se trabalhar com os grupos populares a sua integração progressiva ao seu papel de sujeito na sua própria história, cientes do contexto sociopolítico em que vivem e ativos na busca por soluções para os problemas enfrentados. A busca, com base nos problemas cotidianos da comunidade, do desenvolvimento da consciência crítica, da ética da solidariedade e de práticas cooperativas define a produção teórica e prática da Psicologia Social Comunitária (CAMPOS, 2017).

O conceito de comunidade, na Psicologia Social Comunitária, vai além da ideia de um simples agrupamento de indivíduos. Ele envolve uma rede de relações sociais, culturais e simbólicas que conferem identidade e pertencimento aos seus membros. Segundo Sawaia (2008), a comunidade é entendida como um espaço de solidariedade e autonomia, onde os indivíduos compartilham experiências e valores, e atuam coletivamente para transformar sua realidade. Essa perspectiva é reforçada por Scarparo e Guareschi (2007), que destacam a importância da psicologia social comunitária no Brasil, evidenciando como as práticas psicológicas em comunidades se desenvolvem em sintonia com o contexto histórico e social

brasileiro. Além disso, Arendt (2009) ressalta que a aceitação ingênua das terminologias comunitárias pode levar a consequências conceituais não óbvias, sugerindo que a psicologia social deve estar atenta para não cair em interpretações simplistas ou despolitizadas do conceito de comunidade.

Referente à comunidade e aos movimentos sociais de grupos, o trabalho de um psicólogo social comunitário abrange a produção de políticas e ações que contribuam por meio da realização de projetos sociais e definição de políticas públicas, visando os segmentos socioculturais como grupos étnicos-raciais, religiosos, de classes sociais, entre outros (CFP N° 005/2003). A Resolução do Conselho Federal de Psicologia, N° 005/2003, regulamenta a atuação do psicólogo social e guia o profissional em sua área, nela está instituído que:

O psicólogo, nesse campo, desenvolve atividades em diferentes espaços institucionais e comunitários, no âmbito da saúde, educação, trabalho, lazer, meio ambiente, comunicação social, justiça, segurança e assistência social. [...] Realiza estudo, pesquisa e supervisão sobre temas pertinentes à relação do indivíduo com a sociedade, com o intuito de promover a problematização e a construção de proposições que qualificam o trabalho e a formação no campo da Psicologia Social. (CFP N° 005/2003 Art.3).

Segundo Campos (1998), o processo de conscientização, o qual consiste em um dos conceitos centrais do trabalho do psicólogo, é onde busca-se desenvolver um trabalho juntamente com os grupos populares para que gradualmente venham a assumir um papel de sujeitos de sua história, conscientes dos aspectos sociopolíticos que os cercam e dispostos a buscar soluções para os seus problemas.

Em suma, tendo em vista que a comunidade é capaz de colocar em prática ações que possibilitem a melhoria do seu próprio bem estar psicossocial, cabe ao profissional de Psicologia Social Comunitária auxiliar e contribuir com a comunidade, atuando de forma conjunta a ela estabelecendo metas prioritárias, desde o início visando a participação dos sujeitos. A priorização de metas é necessária para elaborar projetos que atendam as demandas já levantadas, considerando as diretrizes da burocracia ou de políticas públicas específicas que devem ser respeitadas e mantidas (SILVA e CORGOZINHO, 2011).

2.1.5 Políticas Públicas Sociais e de Assistência Social no Brasil: Um breve histórico entrelaçado à Psicologia Comunitária

As Políticas Públicas Sociais e de Assistência Social no Brasil possuem uma trajetória histórica marcada por avanços institucionais e normativos que visam à garantia dos direitos sociais e à promoção da inclusão social. Inicialmente, suas raízes podem ser identificadas na década de 1930, com a criação de instituições voltadas ao bem-estar social. Contudo, foi a Constituição Federal de 1988 que consolidou um marco legal fundamental, ao reconhecer a assistência social como uma política de seguridade social, com o objetivo de promover a proteção social e a inclusão de grupos vulneráveis (BRASIL, 1988).

Na década de 1990, a implementação da Lei nº 8.742/1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), estabeleceu diretrizes para a organização e funcionamento da assistência social no país. Posteriormente, em 2005, foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que veio a unificar e institucionalizar as ações de assistência social em âmbito nacional (BRASIL, 1993; BRASIL, 2005). Essas políticas têm como foco principal a proteção social básica e especial, buscando assegurar direitos a populações vulneráveis, incluindo idosos, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes em situação de risco, entre outros. Nesse contexto, a Psicologia Comunitária emerge como uma abordagem fundamental, ao promover intervenções que valorizam a participação comunitária, o fortalecimento de redes sociais e a promoção de ações coletivas voltadas à transformação social.

Como destaca Vasconcelos (2004), “a Psicologia Comunitária busca fortalecer os processos de autonomia e protagonismo das comunidades, promovendo a transformação social a partir de ações participativas e contextualizadas”. Além disso, Franco (2004) reforça que “a Psicologia Comunitária atua na interface entre o indivíduo e o contexto social, promovendo a emancipação e o desenvolvimento de capacidades locais”. Essa vertente da Psicologia contribui para a implementação de políticas públicas ao oferecer estratégias que fomentem a autonomia, o protagonismo social e a inclusão de grupos marginalizados, alinhando-se aos princípios de direitos humanos e cidadania presentes nas políticas sociais brasileiras.

Assim, a integração da Psicologia Comunitária aos âmbitos sociais e de assistência social potencializa a efetividade das ações, promovendo uma abordagem mais participativa, contextualizada e voltada à transformação social sustentável.

2.2 Metodologia

2.2.1 Características da pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, para compreender as dinâmicas psicossociais e comunitárias no contexto do Pampa Gaúcho. Segundo Denzin e Lincoln (2005, p. 3), a pesquisa qualitativa consiste em “um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível.”, permitindo a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências e aos contextos sociais nos quais estão inseridos. Trata-se de uma abordagem que privilegia a interpretação, a análise profunda e a construção de sentido, sendo especialmente adequada para o estudo de fenômenos sociais complexos e subjetivos. A natureza exploratória da pesquisa refere-se ao propósito de aprofundar o conhecimento sobre um fenômeno ainda pouco estudado ou pouco compreendido em determinado contexto (Gil, 2008).

Neste caso, a atuação de psicólogos comunitários no território do Pampa Gaúcho configura-se como um campo que carece de investigações sistemáticas, exigindo, portanto, uma postura investigativa aberta, flexível e sensível à realidade local. Por sua vez, o caráter descritivo da pesquisa está relacionado à intenção de detalhar e compreender os elementos constitutivos da realidade investigada, como as práticas profissionais, os vínculos comunitários, as estratégias de enfrentamento e os sentidos atribuídos pelos participantes às suas experiências. Conforme Gil (2008, p 42), a pesquisa descritiva visa “observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los”, o que se alinha à proposta deste estudo, voltada à análise do cotidiano profissional em contextos comunitários.

Assim, a integração dessas três dimensões — qualitativa, exploratória e descritiva — possibilita uma investigação profunda, interpretativa e contextualizada, adequada aos objetivos da pesquisa e coerente com o campo da Psicologia Social e Comunitária.

2.2.2 Delineamento da pesquisa

Optou-se pelo delineamento de estudo de caso, considerando a especificidade territorial e cultural do Pampa Gaúcho. A investigação foi conduzida em comunidades localizadas nos municípios de Bagé e Lavras do Sul, situados na região sul do estado do Rio Grande do Sul. Esses municípios foram escolhidos por apresentarem características

representativas do modo de vida pampeano e por envolverem práticas coletivas e redes de apoio comunitário.

O estudo de caso é uma estratégia metodológica que permite uma análise profunda e detalhada de um fenômeno dentro de seu contexto real, especialmente quando as fronteiras entre fenômeno e contexto não estão claramente definidas (Yin, 2015). Segundo Yin (2015), o estudo de caso é particularmente indicado para investigações que buscam compreender “como” e “por que” determinados processos ocorrem, possibilitando o exame das dinâmicas complexas de situações contemporâneas e suas múltiplas interações. Além disso, Stake (1995) destaca que o estudo de caso é uma abordagem interpretativa, que enfatiza a singularidade do caso e valoriza as perspectivas dos participantes, fornecendo um entendimento profundo das particularidades locais. No contexto da Psicologia Social e Comunitária, o estudo de caso contribui para revelar as inter-relações entre os atores sociais, as práticas profissionais e o território, favorecendo uma visão integrada da realidade investigada (Gerring, 2007).

Esta escolha metodológica permitiu o aprofundamento na realidade específica do Pampa Gaúcho, valorizando as especificidades culturais, sociais e históricas que permeiam as práticas comunitárias dos psicólogos locais. Assim, o estudo de caso possibilita a construção de conhecimentos contextualizados, alinhados à perspectiva qualitativa e interpretativa adotada neste trabalho.

2.2.3 Participantes

Os participantes da pesquisa foram exclusivamente psicólogos com atuação em contextos comunitários nos municípios mencionados, especificamente vinculados ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A seleção dos sujeitos ocorreu por meio de amostragem intencional, com base em critérios como experiência em Psicologia Social e Comunitária e atuação em serviços públicos, organizações não governamentais ou projetos de extensão universitária com inserção territorial. A amostragem intencional é uma técnica de seleção de participantes comum em pesquisas qualitativas, na qual os indivíduos são escolhidos de forma deliberada pelo pesquisador, em função da sua relevância para o objeto de estudo (Gil, 2008; Minayo, 2010). Essa abordagem permite selecionar sujeitos que possuem experiência ou conhecimento específicos que contribuirão para uma compreensão mais rica e aprofundada do fenômeno investigado. Diferentemente das amostragens

probabilísticas, a amostragem intencional privilegia a qualidade e a pertinência dos casos, não a representatividade estatística (TRIVIÑOS, 1987).

Participaram do estudo 2 profissionais, todos com formação superior em Psicologia e registro ativo no Conselho Regional de Psicologia (CRP), com inserção em diferentes áreas dentro do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), como saúde pública e mobilização comunitária.

2.2.4 Técnica de coleta de dados

A técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, conduzida por meio de um roteiro com dezesseis perguntas abertas. As entrevistas foram enviadas via aplicativo de mensagens WhatsApp, e as respostas foram elaboradas por escrito pelos participantes e devolvidas em formato PDF ao pesquisador, no período de um mês.

A entrevista semiestruturada é uma técnica amplamente utilizada em pesquisas qualitativas, pois possibilita o equilíbrio entre a sistematização das perguntas e a flexibilidade para que os entrevistados expressem suas experiências e percepções com suas próprias palavras (MINAYO, 2010; BARDIN, 2015). Segundo Bardin (2015), essa técnica permite alcançar significados e discursos mais detalhados, respeitando a singularidade dos sujeitos e possibilitando a emergência de novos temas a partir do diálogo. Essa forma de aplicação foi adotada por sua praticidade, acessibilidade e por respeitar o tempo e a disponibilidade dos profissionais, sem comprometer a qualidade e a profundidade das informações coletadas.

2.2.5 Análise de dados

Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2015). A análise seguiu três etapas: (1) pré-análise, a qual cria uma visão geral do material e estrutura o caminho para a análise; (2) exploração do material, onde se transforma o conteúdo bruto em dados organizados, segmentados de forma sistemática; e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, tendo por objetivo dar sentido aos dados analisados e chegar a conclusões relevantes.

2.2.6 Considerações éticas

A pesquisa seguiu os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que trata das normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana (BRASIL, 2016).

2.2.7 Articulação teórico-metodológica

A escolha da abordagem qualitativa e do estudo de caso fundamenta-se na necessidade de compreender os fenômenos sociais de forma situada, relacional e contextualizada, conforme defendido pela Psicologia Social e Comunitária (AZEVEDO; GIESEL, 2019). Esta vertente da Psicologia visa promover práticas emancipatórias e transformadoras, valorizando os saberes locais e o protagonismo comunitário, o que está diretamente alinhado com os objetivos desta pesquisa.

O referencial teórico adotado — que compreende a constituição da Psicologia no Brasil e no Rio Grande do Sul, suas múltiplas áreas de atuação (CFP, 1992), e especialmente sua interface com políticas públicas e movimentos sociais — orientou a construção dos instrumentos de coleta, bem como a interpretação dos dados.

A construção do referencial teórico foi realizada a partir de uma revisão narrativa da literatura, com foco em produções acadêmicas, normativas e institucionais que abordam a Psicologia Social e Comunitária no contexto brasileiro. Foram priorizadas fontes clássicas e contemporâneas, de autores com reconhecimento na área, bem como documentos oficiais dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, por sua relevância normativa e histórica. A seleção das fontes considerou sua pertinência temática, impacto na área e adequação aos objetivos da pesquisa, buscando articular fundamentos teóricos com a prática profissional em contextos de vulnerabilidade social. Nesse sentido, a utilização da entrevista semiestruturada buscou respeitar a singularidade das experiências dos profissionais, permitindo a emergência de significados que expressam a atuação da Psicologia Comunitária em territórios historicamente marcados por desigualdades sociais, como o Pampa Gaúcho. A escolha metodológica encontra ressonância na proposta de uma Psicologia comprometida com os direitos humanos, a justiça social e a transformação das realidades locais.

A análise de conteúdo, por sua vez, revelou-se uma ferramenta apropriada para captar as dimensões subjetivas, simbólicas e políticas que atravessam o trabalho comunitário dos psicólogos participantes, em sintonia com o entendimento de que a comunidade é uma construção coletiva e histórica (SCARPARO; GUARESCHI, 2007).

2.3 Resultados e Discussão

Considerando os pressupostos teóricos que fundamentam este estudo, as entrevistas realizadas com duas psicólogas atuantes na Psicologia Social e Comunitária no Pampa Gaúcho proporcionaram uma análise aprofundada sobre as dificuldades, as práticas e as particularidades dessa atuação, especialmente no contexto das comunidades atendidas pelo SUAS. Desse modo, ambas profissionais desenvolvem suas atividades no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especificamente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), destacando a importância da atuação da Psicologia no fortalecimento dos vínculos comunitários e na promoção de direitos sociais.

No que se refere a trajetória profissional, observa-se que a inserção na Psicologia Social e Comunitária ocorreu, em ambos os casos, após a aprovação em concursos públicos. Essa realidade dialoga com a análise de Azevêdo e Giesel (2019), que destacam que a formação tradicional da Psicologia, historicamente centrada na clínica, nem sempre contempla práticas sociais e comunitárias. Assim, é muitas vezes na prática profissional, especialmente no setor público, que os psicólogos passam a se aproximar dessa vertente.

Além disso, as profissionais relataram que a atuação no CRAS demanda uma intervenção que vai além da escuta individual, exigindo compreensão da realidade social, trabalho em grupo e integração constante com políticas públicas. Esse discernimento está alinhado com o que destaca o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2003), ao afirmar que a Psicologia Social Comunitária atua fundamentada na análise da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, propondo ações transformadoras no contexto social.

Entre os principais desafios apontados nas entrevistas, surgem a escassez de recursos, a sobrecarga das equipes e as limitações estruturais, além das demandas sociais agravadas por fatores como desemprego, violência, dependência química e rupturas familiares. Esses desafios estão alinhados ao que Campos (2017) discute, ao pontuar que a prática comunitária

exige lidar com uma realidade social marcada por desigualdades, violação de direitos e precarização dos serviços públicos.

Destaca-se uma afirmação em comum nas falas das entrevistadas a qual revela uma necessidade de reafirmar o papel do psicólogo nas equipes multiprofissionais, especialmente no âmbito da assistência social, pois foi identificado que frequentemente há uma compreensão equivocada ou limitada sobre a atuação do psicólogo nessa área, a qual geralmente é associada a práticas individuais clínicas. Contudo, os dados indicam que a função exercida pelo psicólogo nesse contexto relaciona-se à escuta qualificada em grupo, ao fortalecimento de vínculos comunitários e à articulação de redes de apoio. Essa delimitação da prática do profissional é abordada também por Silva e Corgozinho (2011), reforçando que a atuação social e comunitária requer um posicionamento ético e crítico, atento às demandas coletivas e contrário à reprodução de modelos com abordagens individualistas.

Ademais, sobre a rotina de trabalho, as profissionais descreveram um conjunto de ações que abrangem desde atendimentos individuais e familiares até visitas domiciliares, encaminhamentos, condução de grupos socioeducativos e iniciativas voltadas ao fortalecimento dos vínculos comunitários. Tais condutas retratam uma atuação condizente com os fundamentos da Psicologia Social Comunitária, a qual, conforme destaca Campos (2017), busca promover a autonomia dos indivíduos, com o estímulo do pensamento crítico e a fomentação da participação ativa da comunidade.

Relacionado às características socioculturais do Pampa Gaúcho, uma das profissionais entrevistadas destacou que as comunidades locais demonstram uma forte ligação com a terra, com a tradição e com os seus valores culturais, além de uma valorização da auto-suficiência e resistência em demonstrar fragilidade, fomentando uma cultura de silêncio e de contenção emocional. Elementos culturais como esses exercem uma influência significativa sobre a forma como o sofrimento psíquico é compreendido e enfrentado, bem como sobre os modos de busca por apoio psicológico. Em vista disso, torna-se essencial que a atuação do psicólogo seja pautada por uma escuta atenta e sensível às particularidades do território, como é apontado por Scarparo e Guareschi (2007) ao discutirem os desafios das práticas comunitárias em contextos brasileiros diversos.

Apesar dos desafios, as psicólogas ressaltam a existência de experiências bem sucedidas, mesmo diante das adversidades enfrentadas no cotidiano profissional, destacam-se as ações desenvolvidas dentro dos CRAS das cidades de Bagé e de Lavras do Sul, como o

projeto lavrense “Conviver”, citado por uma das profissionais como um exemplo positivo de atuação da Psicologia Social Comunitária. Também conhecido como grupo de convivência, tem se mostrado eficaz na promoção do fortalecimento dos laços sociais, do sentimento de pertencimento da comunidade e da melhoria da qualidade de vida dos integrantes, trabalhando temas sociais, temas ligados ao envelhecimento, autoestima e autonomia. Práticas como essa dialogam com a perspectiva de Vasconcelos (2004), ao afirmar que a Psicologia Comunitária deve se fundamentar na valorização das redes sociais locais e no incentivo à participação ativa da população.

Em síntese, os dados obtidos nas entrevistas evidenciam que a atuação da Psicologia Social Comunitária no Pampa Gaúcho se desenvolve em meio a obstáculos sociais, estruturais e culturais, mas também revelam importantes aspectos com grande potencial de desenvolvimento, trata-se de uma área que se configura como espaço de resistência, acolhimento e promoção de mudanças sociais. Dessa forma, esse modo de atuação corrobora com os princípios destacados por Azevêdo e Giesel (2019) e pelas diretrizes do CFP (2003), reafirmando o compromisso ético e político da Psicologia com a defesa dos direitos humanos, assim como o fortalecimento da cidadania e a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e participativa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo investigar e compreender a atuação dos profissionais da Psicologia Social Comunitária no Pampa Gaúcho, analisando especialmente de que forma suas intervenções contribuem para a dinâmica das comunidades e para o fortalecimento das redes sociais locais. Por meio das entrevistas realizadas, foi possível observar uma realidade marcada por desafios estruturais, culturais e institucionais, mas também por experiências de resistência e transformações que demonstram a força e a importância desse trabalho.

As análises revelam que, embora a formação acadêmica na Psicologia ainda seja majoritariamente voltada para as práticas clínicas, é no exercício da profissão, especialmente dentro dos serviços públicos como o CRAS, que muitos psicólogos passam a construir uma atuação voltada para o coletivo. Esse exercício profissional exige, além do conhecimento

técnico, sensibilidade social, empatia e compromisso ético-político, características indispensáveis na prática comunitária.

Além disso, dentre os principais desafios identificados, estão a escassez de recursos, a sobrecarga das equipes e a constante necessidade de reafirmar o papel da Psicologia Social Comunitária dentro das próprias instituições. Vale ressaltar que, muitas vezes, esse psicólogo ainda é visto como um profissional que deve atuar de forma individualizada, quando, na verdade, seu trabalho vai além disso. Envolve construir vínculos, fortalecer redes e criar espaços de escuta coletiva.

Ademais, fica claro que as características culturais do Pampa Gaúcho influenciam diretamente na forma como as comunidades lidam com sentimentos e relações sociais. A valorização da força, da independência e da resistência, tão presentes na cultura local, fazem com que normalmente haja uma dificuldade em reconhecer fragilidades e buscar ajuda, porém esses aspectos assim como desafiam o psicólogo também orientam o seu trabalho comunitário na região. Isso reforça a importância de uma atuação capaz de dialogar com a cultura local sem perder de vista os princípios profissionais, éticos e sociais.

Embora diante de tantos desafios, as entrevistas mostraram que há também de fato experiências muito positivas, que contribuem de maneira significativa na vida das pessoas. Projetos e ações sociais como os grupos comunitários, por exemplo, confirmam como a atuação da Psicologia Social Comunitária possui o potencial de transformar realidades, fortalecer vínculos e promover uma convivência mais saudável e colaborativa dentro das comunidades.

Dessa forma, este estudo busca não somente promover uma maior visibilidade para essa atuação, que muitas vezes é pouco reconhecida, mas também fortalecer a compreensão da importância dessa área e a valorização das práticas comunitárias, especialmente em regiões que, apesar dos desafios sociais, também são ricas em cultura, história e resistência. Espera-se que este trabalho sirva de incentivo para que mais pesquisas sejam realizadas nessa área e explorem também outras regiões, aprofundando o entendimento sobre a importância, os impactos e os desafios da Psicologia Social Comunitária.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

AZEVEDO, Adriano V. dos S.; GIESEL, Gisele G. **Psicologia Social Comunitária - Teoria e Prática**. 1. ed. Juruá: Juruá Editora, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Edições 70, 2015.

BEAR, M. F., Connors, B. W., & Paradiso, M. A. **Neurociências: Desvendando o sistema nervoso (3. ed.)**. Porto Alegre, RS: Artmed. 2008.

BERNARDES, M. M.; GOMES, W. B. **Psicologia hospitalar no Brasil: Expansão e desafios**. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 29, n. 4, p. 738-751, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/MZB4WxpDB4gdNnSY4DBM8qq/>. Acesso em: 29 mar. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Atribuições profissionais do psicólogo no Brasil**. Brasília: CFP, 1992. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília: CNS, 2016. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2025.

CAMPOS, Regina H. de F. **Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia**. 20. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições do psicólogo**. Brasília, 2008. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A psicologia em números: infográfico**. Disponível em: <https://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 005/2003**. Brasília, 2003. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2003_5.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 013/2007**. Brasília, 2007. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

CRPRS. **Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Entrelinhas: 50 anos do CRPRS: reunindo memórias para reconstruir a história**. 2024. Disponível em: https://crprs.org.br/entrelinhas/assets/edicaopdf/2e360-af_-ed-97_-entrelinhas_crprs.pdf. Acesso em: 27 de Abril de 2025.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005.

FELDMAN, Robert S. **Introdução à Psicologia**. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

GERRING, J. **Case study research: Principles and practices**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Gomes, W. B., Hutz, C. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Anotações Históricas e Conceituais sobre o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30513/000760011.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 de março de 2025.

KIM, J. **Philosophy of mind (3rd ed.)**. Boulder, CO: Westview Press. 2011.

Marodin, M., Notti, S., Lomando, M. L. **Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Entrelinhas - História e Psicologia**. julho/agosto, 2006. Disponível em: <<https://issuu.com/crprs/docs/julhoagosto2006>>. Acesso em: 23 de março de 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOURÃO, C. A., Jr., & Melo, L. B. R. **Explorando a função executiva: A bateria de avaliação frontal**. In A. J. G. Barbosa (Ed.), **Atualizações em psicologia social e desenvolvimento humano (pp. 5-193)**. Juiz de Fora, MG: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2011.

SANT'ANNA JUNIOR, A., DIELO, M. L., ALVES, M. C., SOUZA, L. H. S. Editorial. In: CRPRS. **Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Entrelinhas: 50 anos do CRPRS: reunindo memórias para reconstruir a história**. 2024. Disponível em: <https://crprs.org.br/entrelinhas/assets/edicaopdf/2e360-af_-ed-97_-entrelinhas_crprs.pdf>. Acesso em: 27 de Abril de 2025.

SAWAIA, Bader B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCARPARO, Beatriz K.; GUARESCHI, Neuza M. de F. **Psicologia Social Comunitária e a formação profissional**. *SciELO*. v. 1, p. 100-105, jul 2007.

SCARPARO, Helena; GUARESCHI, Pedrinho A. G. **Psicologia social comunitária e formação profissional**. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 19, n. esp., p. 103-109, 2007.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/xwcODfJ7n4BJPrsY9Qry9Jq>. Acesso em: 10 maio 2025.



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
EDUCACIONAL DE BAGÉ
FACULDADES IDEAU



SILVA, Janaína Vilarés; CORGOZINHO, Juliana Pinto. **Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações**. Psicologia e Sociedade, v. 23, p. 18-19, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400003>. Acesso em: 5 abr. 2025.

SQUIRE, L. R., Berg, D., Bloom, F. E., du Lac, S., Ghosh, A., & Spitzer, N. C. **Fundamental neuroscience (4th ed.)**. New York: Academic Press. 2013.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. 1. ed. Thousand Oaks: Sage, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.